ISSN: 2358-8829

A RESSIGNIFICAÇÃO DO LIXO EM QUARTO DE DESPEJO DE CAROLINA MARIA DE JESUS: DA SUBSISTÊNCIA AO SÍMBOLO LITERÁRIO, POLÍTICO E SOCIAL.

Renan Lima dos Santos[1]
Edson Tavares Costa[2]

RESUMO

Em Quarto de despejo, de Carolina Maria de Jesus, o lixo, em sua dimensão material de subsistência, é um elemento central das narrativas, visto que faz parte do cotidiano dos personagens moradores da margem urbana. Para estes, o lixo tem valor, utilidade e importância, pois é ressignificado e transformado em utensílios, vestimentas, móveis e alimentos, por exemplo. Diante desse contexto, este trabalho tem como objetivo compreender como a escrita marginal, ao se apropriar do resíduo e convertê-lo em expressão estética, produz uma literatura capaz de ressignificar a visão da sociedade a respeito daquilo que a sociedade enxergava como "lixo" — objetos sem uso, dejetos ou pessoas da periferia urbana. Metodologicamente, está sendo realizada uma pesquisa exploratória e documental de abordagem qualitativa. Para tanto, o estudo está sendo fundamentado nos estudos de Agamben (2009), Dalcastagnè (2012) e Schollhammer (2009) que discutem acerca da literatura contemporânea e seu papel social; e em Ayres (2022), Barone (2019) e Pentagna (2023) que tratam sobre o objeto desta pesquisa. A pesquisa evidenciou que a ressignificação do lixo não se limita à reciclagem de objetos descartados, mas sim à tentativa de reconstrução da visão social concernente à população periférica enxergada como os dejetos da sociedade, adquirindo uma dimensão literária e simbólica que transforma a experiência marginalizada individual em denúncia social coletiva. Carolina, ao converter o lixo em metáfora e em narrativa, realiza um ato político de resistência, que desafia as estruturas de exclusão e reivindica a visibilidade das vozes periféricas na Literatura brasileira contemporânea.

Palavras-chave: Literatura contemporânea, resistência, Quarto de despejo.

INTRODUÇÃO

No Brasil, o princípio da dignidade da pessoa humana está previsto no artigo 1º, inciso III, da Constituição da República de 1988, de forma inovadora, já que nas constituições anteriores não havia qualquer referência a esse princípio. O texto

[1] Graduando do curso de Letras - Português pela Universidade Estadual da Paraíba - UEPB. Bolsista de Iniciação Científica pela Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado da Paraíba - FAPESQ. renan.lima@aluno.uepb.edu.br
[2] Professor orientador: Doutor, Universidade Estadual da Paraíba, edsontavares@servidor.uepb.edu.br.

ISSN: 2358-8829

constitucional dispõe: "Art. 1º - A República Federativa do Brasil, formada pela União dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos: [...] III – a dignidade da pessoa humana (BRASIL, 1988)". A dignidade do indivíduo é considerada basilar para a organização política do Estado Democrático de Direito, e abrange, por exemplo, os direitos sociais de todos os cidadãos em seu artigo 6º., concernente à educação, saúde, alimentação, trabalho, moradia, transporte, lazer, segurança, previdência social, proteção à maternidade e à infância e assistência aos desamparados (BRASIL, 1988).

Contudo, a iniquidade do acesso a esses direitos constitucionais é uma problemática que persiste intrinsecamente ligada à sociedade brasileira contemporânea. Para que possamos compreender essa conjuntura, é preciso observar os fatores históricos, estruturais e institucionais que contribuíram para sua perpetuação, como a escravização dos povos pretos e indígenas, a concentração de renda e riqueza, o acesso seletivo à educação e a segregação urbana, gerando ciclos intergeracionais de falta de acesso aos direitos básicos garantidos pela Carta Magna do país.

Aproximando a discussão à temática deste trabalho, é pertinente destacar o pensamento de Roland Barthes a respeito das "considerações intempestivas" de Nietzsche, retomadas por Agamben (2009) sobre a contemporaneidade, especificamente a respeito do "sujeito contemporâneo". Para este autor, "[...] contemporâneo é aquele que mantém fixo o olhar no seu tempo, para nele perceber não as luzes, mas o escuro (Agamben, 2009, p. 62)". O filósofo italiano correlaciona a ideia da escuridão e a perspectiva do sujeito contemporâneo à medida que o define como aquele que observa a contemporaneidade com um olhar crítico, identificando o que não está sob o foco das "luzes", ou seja, aquilo que está omitido nas zonas marginais da sociedade. Além disso, retoma algumas reflexões de Nietzsche que entende o contemporâneo como um sujeito que sente certa inadequação ao seu próprio tempo:

> Nietzsche situa a sua exigência de 'atualidade', a sua 'contemporaneidade' em relação ao presente, numa desconexão e numa dissociação. Pertence verdadeiramente ao seu tempo, é verdadeiramente contemporâneo, aquele que não coincide perfeitamente com este, nem está adequado às suas pretensões e é, portanto, nesse sentido, inatual; mas, exatamente por isso, exatamente através desse deslocamento e desse anacronismo, ele é capaz, mais do que os outros, de perceber e apreender o seu tempo (Agamben, 2009, p. 58-59).

ISSN: 2358-8829

Essa percepção dialoga com a reflexão proposta por José Saramago, escritor português, em *O conto da ilha desconhecida* (1997), em que afirma: "É preciso sair da ilha para ver a ilha. Não nos vemos se não saímos de nós"; ou seja, é necessário distanciar-se de algo para ter uma visão mais clara e objetiva. O sujeito contemporâneo é compreendido como aquele que, diante de sua própria inadequação, busca se afastar e observar criticamente o tempo em que vive. Em contrapartida, o indivíduo plenamente ajustado ao seu presente não seria capaz de perceber com clareza tais problemáticas e por isso não poderia ser considerado verdadeiramente contemporâneo.

Apesar de anterior à publicação da Constituição de 1988, Carolina Maria de Jesus em sua obra *Quarto de Despejo* (1960) trouxe à luz a invisibilidade das pessoas moradoras da favela do Canindé, diante do Estado, que as tratava, segundo a própria autora, como lixos e animais. Carolina, por meio de sua escrita diarística, expõe as atrocidades que os marginalizados sofriam em seu cotidiano, devido às falhas de projetos governamentais de desenvolvimento econômico e urbano que buscavam a modernização do país. Além disso, sua obra serve como um retrato das favelas paulistas na década de 1950, para que se possa compreender os impactos sofridos pela população periférica, descrevendo uma realidade austera e hostil em um ciclo contínuo de privações de direitos fundamentais, os quais só foram formalmente definidos quase vinte anos depois, diante do contexto de redemocratização do Brasil.

Neste trabalho, buscamos observar como a autora, em *Quarto de Despejo* (1960), desconstrói a visão socialmente atribuída aos marginalizados — frequentemente tratados como "lixos" ou "animais" — e os ressignifica, transformando-os em símbolos literários e políticos que revelam resistência e denunciam as desigualdades sociais no Brasil. A partir dessa análise, procuramos compreender como tal ressignificação se manifesta e se consolida como instrumento de contestação social, já que sua obra evidencia a urgência de repensar as estruturas políticas brasileiras e promove narrativas que se tornam fundamentais para debates científicos, políticos e sociais.

Diante dos diversos autores que refletem sobre a literatura contemporânea e marginal, utilizamos como aporte teórico as abordagens de Agamben (2009), que trata a respeito do sujeito contemporâneo e suas características; de Dalcastagnè (2012) e Schollhammer (2009), concernente à Literatura contemporânea e suas relações com a resistência, a política e a subalternidade dos sujeitos que lutam pela legitimidade na cena literária brasileira; para embasar nossa hipótese de pesquisa, utilizamos os estudos

ISSN: 2358-8829

de Barone (2019), Ayres (2022) e Pentagna (2023), que discutem as diversas nuances em relação ao tratamento do "lixo" no *corpus* desta pesquisa; por fim, relacionamos a produção de Carolina com o conceito de "literatura menor" baseado em Guattari e Deleuze (1977) e Batalha (2013).

Nossa metodologia consistiu em uma pesquisa bibliográfica de abordagem qualitativa, e os resultados demonstram que Carolina, por meio de sua escrita, metaforiza a concepção de lixo na sociedade, denunciando a invisibilidade social dos moradores da margem social brasileira, que sofrem diariamente com a negligência estatal. A obra da autora torna-se não só um produto literário, mas sim um documento histórico capaz de demonstrar uma concepção de mundo que até então não havia sido explorada de maneira consistente.

METODOLOGIA

O *corpus* da pesquisa foi a obra *Quarto de Despejo – diário de uma favelada*, de Carolina Maria de Jesus, publicada originalmente em 1960 e consultada em uma edição de 2020. Metodologicamente, foi realizada uma pesquisa de cunho qualitativo que, conforme Prodanov e Freitas (2013, p. 70), consiste em tratar da interpretação de fenômenos e a atribuição de significados em que o ambiente é a fonte direta para coleta de dados. Quanto ao procedimento, foi utilizado o bibliográfico, em que se trata de uma análise aprofundada e na revisão de fontes e pesquisas referenciais que possuam relação com a temática proposta, para embasar e contribuir nas discussões, podendo chegar a novas abordagens e perspectivas concernentes ao assunto (Marconi e Lakatos, 2003).

A metodologia foi organizada em duas etapas. Na primeira, realizou-se a análise da obra literária, observando a maneira como Carolina ressignifica o "lixo" em seu diário. Para isso, foram selecionados trechos que tratam especificamente desse objeto, a fim de examinar sua representação como metáfora da exclusão e da marginalização social, além de investigar de que modo a narrativa transforma o lixo em elemento simbólico de existência e identidade. Na segunda etapa, procedeu-se à revisão bibliográfica de estudos sociais e literários sobre literatura contemporânea e sua relação com a resistência política e as denúncias sociais, buscando analisar de que forma a ressignificação do lixo na obra aproxima-se do conceito de literatura menor.

ISSN: 2358-8829

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Desde o início da construção identitária brasileira, a Literatura é considerada um instrumento de afirmação que diferentes grupos sociais buscam dominar. É isso que afirma Dalcastagnè (2012) ao discutir as relações de poder intrinsecamente relacionadas ao fazer literário no Brasil. Para a autora, "[...] todo espaço, é um espaço em disputa, seja ele inscrito no mapa social, ou constituído numa narrativa" (Dalcastagnè, 2012, p. 7); o espaço literário configura-se como um espaço de poder, já que se estabelece como um campo de disputas simbólicas. É a partir desse lugar que vozes — muitas vezes historicamente silenciadas — buscam legitimidade e visibilidade, tanto daqueles que falam quanto sobre quem falam.

Diante dessa conjuntura, as vozes subalternizadas resistem e conquistam cada vez mais espaço, frente à tradição literária dominante. Autoras como Carolina Maria de Jesus e Conceição Evaristo desconstroem o perfil cristalizado do escritor brasileiro — homem, branco, sudestino e de classe média — e desafiam o sistema edificado pela classe dominante, além de promover a revisão do pensamento sobre quem estaria autorizado a produzir literatura. Essa imagem do escritor, associada ao domínio da Língua Portuguesa em sua forma rebuscada, fundamentou por muito tempo a noção excludente de que apenas determinados sujeitos poderiam representar a sociedade. Contudo, a partir da década de 1970, graças à ação de movimentos sociais, foram postas em pauta discussões a respeito de raça, gênero e classe, revolucionando o pensamento da época e fazendo surgir novas concepções de mundo — as dos grupos subalternizados.

Nessa perspectiva, Schollhammer (2009) discute sobre a ruptura com a tradição literária, destacando os movimentos insurgentes que reconfiguram seus fundamentos. Segundo o autor,

> se o presente modernista oferecia um caminho para a realização de um tempo qualitativo, que se comunicava com a história de maneira redentora, o presente contemporâneo é a quebra da coluna vertebral da história e já não pode oferecer nem repouso, nem conciliação (Schollhammer, 2009, p.12).

Ou seja, na contemporaneidade não há brecha para justificar as mazelas do passado, tampouco para criar promessas utópicas de futuro. É necessário discutir o presente e nele produzir uma literatura legítima e autêntica, e que, além disso, saiba dos impactos que irá gerar em determinadas realidades sociais e sua relação de responsabilidade e solidariedade com os problemas sociais e culturais de sua época (Schollhammer, 2009, p.13).

A escrita de Carolina de Jesus em seus diários é marcada por questões sociais, políticas e humanas. A autora transforma a cidade de São Paulo em uma alegoria, ao compará-la às partes de uma casa: "[...] o palacio, é a sala de visita. A Prefeitura é a sala de jantar e a cidade é o jardim. E a favela é o quintal onde jogam os lixos (Jesus, 2020, p. 36)", evidenciando suas funções estruturais e sociais. Essa construção alegórica dialoga diretamente com sua autodefinição de "poeta do lixo", já que é no quarto de despejo que a cidade descarta seus dejetos — sejam tábuas, ferros, papéis sejam pessoas.

Segundo Barone (2019, p. 51), é pertinente destacar o sofrimento vivenciado pelas famílias que participaram dos processos de urbanização de São Paulo e suas implicações, visto que a presença das favelas no centro urbano representava uma ameaça à imagem do progresso em curso nas décadas de 1940-1950. Por isso, buscava-se minimizá-las e realocá-las na periferia da cidade, haja vista serem um elemento dissonante da modernidade urbana de São Paulo. Os barracos foram demolidos e as famílias que habitavam o centro da cidade foram mandadas para loteamentos privados, sem qualquer infraestrutura urbana, na Favela do Canindé, que estava em formação. Não havia saneamento básico, a água era escassa — potável, não havia; as roupas eram lavadas no rio e o pouco de água doce era provida por uma única torneira instalada em uma caixa d'água, que atendia toda a população da comunidade.

ISSN: 2358-8829

Isso demonstra a invisibilidade dos pobres nos projetos estatais de desenvolvimento e, consequentemente, no orçamento público, o que expressa a ineficiência do Estado brasileiro, idealizado para satisfazer uma pequena parte da população (Pentagna, 2023, 184). Percebe-se isso no trecho em que Carolina escreveu sobre a alegria de mulheres da favela ao receberem algumas bolachas que pediam na porta de uma fábrica de gêneros alimentícios. A autora comenta que "[...] elas saem contentes como se fossem a Rainha Elisabete da Inglaterra quando recebeu os treze milhões em joias que o presidente Kubistchek lhe enviou como presente de aniversário" (Jesus, 2020, p. 62).

Carolina de Jesus demonstra revolta em relação ao Serviço Social e à sua ineficácia. Sua voz narradora manifesta uma clara consciência política sobre a negligência do Estado concernente às classes subalternas — a sua invisibilidade e a de seus iguais lhe causam desespero. O "tal serviço social", criado, segundo Carolina, para "reajustar os desajustados" pouco agia para auxiliar o povo, que quando buscava algum tipo de ajuda, era mandado para outros lugares.

> [...] fui pedir auxilio ao propalado Serviço Social. Foi lá que eu vi as lagrimas deslisar dos olhos dos pobres. Como é pungente ver os dramas que ali se desenrola. A ironia com que são tratados os pobres. A unica coisa que eles querem saber são os nomes e os endereços dos pobres.
>
> Fui no Palacio, o Palacio mandou-me para a sede na Av. Brigadeiro Luís Antonio. Avenida Brigadeiro me enviou para o Serviço Social da Santa Casa. Falei com a Dona Maria Aparecida que ouviu-me e respondeu-me tantas coisas e não disse nada. Resolvi ir no Palacio e entrei na fila. Falei com o senhor Alcides. Um homem que não é niponico, mas é amarelo como manteiga deteriorada. Falei com o senhor Alcides:
>
> — Eu vim aqui pedir um auxilio porque estou doente. O senhor mandou-me ir na Avenida Brigadeiro Luis Antonio, eu fui. Avenida Brigadeiro mandou-me ir na Santa Casa. E eu gastei o unico dinheiro que eu tinha com as conduções (Jesus, 2020, p. 45).

Carolina denuncia o Serviço de Saúde do Estado, que informou sobre a transmissão de doenças pelo consumo da água do rio, mas não fez nada para solucionar o problema como, por exemplo, ofertar água própria para o consumo humano.

> Eu estava tonta de fome devido ter levantado muito cedo. Fiz mais café. Depois fui lavar as roupas na lagoa, pensando no departamento Estadual de Saude que publicou no jornal que aqui na favela do Canindé há 160 casos positivos de doença caramujo. Mas não deu remedio para os favelados. A mulher que passou o filme com as demonstrações da doença caramujo nos disse que a doença é muito difícil de curar-se. Eu não fiz o exame porque eu não posso comprar os remedios (Jesus, 2020, p. 94).

Podemos observar a lógica da reflexão proposta por Carolina Maria de Jesus ao afirmar que as margens do rio — onde se localizava a Favela do Canindé — eram destinadas ao lixo e aos chamados marginais. Essa associação espacial e simbólica revela como os moradores da favela eram vistos não apenas como sujeitos à margem da sociedade, mas como equivalentes ao próprio lixo que ali se acumulava. Tal proposição excludente que equipara pessoas a resíduos evidencia a violência simbólica e material sofrida pelos pobres moradores da zona urbana, reforçando sua condição de invisibilidade social. Ao registrar essa realidade em *Quarto de despejo*, Carolina transforma tal estigmatização em denúncia literária, convertendo a metáfora do lixo em instrumento de resistência — aquilo que era considerado descartável torna-se, pela escrita, testemunho e prova incontornável das desigualdades estruturais do Brasil.

Jesus ainda faz uma suposição de que até mesmo a vida dos animais é melhor do que a dos favelados, "talvez entre eles reina a amizade e igualdade. [...] O mundo das aves deve ser melhor do que dos favelados, que deitam e não dormem porque deitam-se sem comer" (Jesus, 2020, p. 38-39), denunciando novamente a maneira hedionda e quase animalizada do viver marginalizado, em que precisavam disputar os alimentos com os corvos — "os favelados aos poucos estão se convencendo de que para viver precisam imitar os corvos" (Jesus, 2020, p. 44). Por meio dessas passagens, notamos que aos subalternos só resta disputar o alimento com os animais e agir como tais, já que são equivalentes a "[...] objetos que estavam na sala de visita e foram para o quarto de despejo (Jesus, 2020, p. 42)". Mesmo com a Constituição promulgada anos depois, a falta de dignidade permanece até hoje.

> [...] Os lixeiros havia jogado carne no lixo. Ele escolhia uns pedaços: Disse-me:
>
> — Leva, Carolina. Dá pra comer.

ISSN: 2358-8829

> Deu-me uns pedaços. Para não maguá-lo aceitei. Procurei convencê-lo a não comer aquela carne. Para comer os pães duros e comidos pelos ratos. Ele disse me que não. Que há dois dias não comia. A fome era tanta que ele não poude deixar assar a carne. Esquentou-a e comeu. No outro dia encontraram o pretinho morto. Os dedos do seu pé abriram. O espaço era de vinte centímetros. Ele aumentou como se fosse de borracha. Os dedos do pé parecia leque (Jesus, 2020, p. 43).

Segundo Barone (2019, p. 75), o significado do quarto de despejo assume diversas nuances. Tanto pode ser entendido no sentido literal como um lugar para despejar os resíduos dos cortiços, quanto relacionado à imagem do lixo a que a autora faz referência como metáfora da própria favela — da invisibilidade, da exclusão, da negligência e também do confinamento na periferia da cidade. Essa reflexão dialoga com o pensamento de Ayres (2022, p. 244) que analisa o título da obra e indica que é preciso observar a visão da autora que é de dentro para fora, ou seja, uma visão que parte do seu contexto familiar, da sua casa para fora, fitando e escrevendo sobre o que acontece ao seu redor. Ao passo que, de outro modo, o "despejo" se caracteriza pelas vidas invisíveis daqueles que não possuem direitos e são excluídos da sociedade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante das reflexões desenvolvidas neste trabalho, concluímos que as discussões suscitadas pela obra de Carolina Maria de Jesus permanecem atuais, mesmo após mais de sessenta anos de sua publicação. Em contextos de instabilidade política e social, torna-se necessário refletir sobre o papel dos representantes eleitos, recordando-lhes que sua legitimidade decorre da vontade popular e que sua atuação deve contemplar os interesses da coletividade, especialmente daqueles grupos historicamente invisibilizados.

A voz de Carolina, assim como a de tantas outras mulheres das periferias brasileiras, precisa ser reconhecida e valorizada, pois seu fazer literário promove reflexões fundamentais sobre alteridade, desigualdade e justiça social. Ao retratar a realidade da população pobre, a autora denuncia o descaso e a desumanização impostos

a esses sujeitos, frequentemente tratados como elementos indesejados e relegados à margem da sociedade.

Nesse sentido, legitimar e ampliar a visibilidade das vozes minoritárias constitui uma responsabilidade coletiva, sobretudo da academia, que desempenha um papel fundamental na construção da legitimidade literária e cultural de autores historicamente excluídos dos espaços de reconhecimento.

REFERÊNCIAS

AYRES, Bruna Escalante. A vida nua em “Quarto de Despejo” de Carolina Maria de jesus. **Margens: Revista Interdisciplinar**, v. 16, n. 27, p. 235-246, 2022.

BARONE, Ana Cláudia Castilho. Negra ou pobre? Migrante ou despejada? Carolina de Jesus e o enigma das classificações (1937-1977). **Afro-Ásia**, n. 59, p. 43-76, 2019.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. Brasília. Senado, 1988.

DALCASTAGNÈ, Regina. **Literatura brasileira contemporânea:** um território contestado**.** Vinhedo-SP: Editora Horizonte, 2012.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E.M. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

PENTAGNA, Breno. Às margens: a percepção do poder público em Quarto de despejo, de Carolina Maria de Jesus. **Abriu: estudos de textualidade do Brasil, Galicia e Portugal**, n. 12, p. 173-190, 2023.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico:** métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2. ed. Novo Hamburgo-RS: Editora Feevale, 2013.

SCHOLLHAMMER, Karl Erik. **Ficção brasileira contemporânea.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.